

PETRÓLEO

POR DENTRO DO

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS ANO 1 Nº 3 NOV. 1992

Fixação de preços precisa mudar

Quando o consumidor recebe a notícia de que os preços dos combustíveis voltaram a subir, fica chateado, às vezes até revoltado (os motoristas de táxi que o digam) e sua reação imediata é culpar a Petrobrás pelo novo aumento. Tal reação é ainda mais desfavorável quando o consumidor fica sabendo que o preço do petróleo não está subindo lá fora. Como, então, justificar as elevações mensais dos preços dos combustíveis aqui dentro? Está na hora de colocar os pingos nos is para que a Petrobrás não leve a culpa por "crimes" que não comete.

De cara é preciso deixar claro que a Petrobrás vende seus produtos por preços inferiores aos vigentes no mercado internacional, o que não acontece com os automóveis, medicamentos, computadores, etc. e que quem estipula os percentuais de reajustes dos combustíveis não é a empresa. A política de preços é de competência do Departamento Nacional de Combustíveis, a quem caberia dar transparência aos critérios que utiliza para reajustar os preços da Petrobrás, dos revendedores, dos distribuidores, do governo federal (impostos), etc. Ou seja, o DNC deveria abrir o jogo e revelar como estipula o reajuste de cada um dos itens que compõem os preços dos combustíveis.

Se o DNC agisse assim o consumidor ficaria sabendo, por exemplo, que a Petrobrás tem custos em dólares (devido ao petróleo que compra lá fora) e que como os dólares valem cada vez mais cruzeiros, a empresa enfrenta aumentos diários de custos. Se um barril de petróleo custa US\$ 10 e o dólar está

cotado a Cr\$ 100,00, o barril sai para a empresa por Cr\$ 1.000,00. Vamos supor que no dia seguinte o barril continue valendo US\$ 10 no exterior, mas o dólar passe a valer Cr\$ 120,00. Pois bem, apesar do preço do petróleo não ter subido no mercado internacional a Petrobrás para comprá-lo tem que desembolsar Cr\$ 1.200,00. Moral da história: a empresa enfrenta aumentos diários de custos. O mesmo não acontece, porém, com os revendedores, os distribuidores, o governo, etc. que operam com custos em cruzeiros constantes ao longo do mês (já que os preços dos combustíveis são reajustados uma ou no máximo duas vezes ao longo de 30 dias).

Assim, quando a Petrobrás solicita ao DNC um reajuste de 25% para os combustíveis não há nada que justifique tecnicamente que o mesmo percentual de correção dos preços seja dado aos distribuidores, aos revendedores e ao governo federal. Estes poderiam, por exemplo, receber um aumento menor, aliviando o bolso do consumidor.

A discussão pública, aberta, transparente, sobre os preços dos combustíveis serviria também para demonstrar que a Petrobrás (ao contrário do que muita gente pensa) não fica com a parte do leão dos preços dos combustíveis. A participação do refinador é de apenas 44,43%, isto para pagar investimentos em: pesquisa, produção, transporte e o refino do petróleo, enquanto nos

Estados Unidos chega a 72%. As distribuidoras se apropriam de 13,77% contra 3,1% nos EUA, os revendedo-

res de 6,39% (3,9% nos EUA) e os impostos respondem por 37,72%. Aliás, a parcela da Petrobrás vem diminuindo. Em março de 90, no início do governo Collor, era de 55,98%. Outro dado importante: dos 44,43% recebidos pela Petrobrás, 18% são destinados a subsídios.

O que acontece no Brasil, há alguns anos, é que o DNC vem praticando uma política de preços que despreza as leis vigentes – como já foi, aliás, denunciado na Câmara dos Deputados pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás

(Aepet) – o que resultou na CPI que apurou a crise financeira da Petrobrás. Se as leis fossem respeitadas e as regras do mercado devidamente levadas em consideração, a composição do preço da gasolina deveria ser alterada ficando a Petrobrás com por exemplo 60%, os distribuidores com 6% e os revendedores com outros 6%. Os impostos corresponderiam a 25%. Essa repartição do bolo permitiria reajustar os preços dos combustíveis abaixo da inflação e evitaria a descapitalização da Petrobrás.

Ao estabelecer essa divisão do bolo, o governo estaria dando um passo importante para ter sucesso na política de combate à inflação e permitiria à Petrobrás realizar seus planos de investimentos para reduzir a dependência brasileira do petróleo importado. O governo conta, portanto, com condições de matar dois coelhos com uma cajadada só. Resta saber se há vontade política para adotar uma política de preços e tarifas públicas que procure preservar o poder de compra dos trabalhadores e da classe média que vem caindo violentamente nos últimos anos.

Política de
preços
prejudica
a Petrobrás
e o consumidor

Empresa fica
com apenas
26%
do preço pago
pela gasolina

Perdas de US\$ 5 bi

■ A defasagem dos preços dos combustíveis de março de 90 para cá representou para a Petrobrás um prejuízo anual de US\$ 5,1 bilhões. Com metade disto a Petrobrás poria em funcionamento toda a sua atual carteira de projetos (a melhor de todos os tempos). O preço da gasolina cobrado pela empresa às distribuidoras caiu 57,4% desde o início do governo Collor até 12 de novembro, passando de 0,47 para 0,20 dólares por litro. Multiplicando-se a demanda mensal, que chega a 850 milhões de litros, pela redução do preço chega-se a uma perda de receita de US\$ 2,7 bilhões.

No caso do óleo diesel o emagrecimento dos preços foi de 26,3% – o litro caiu de 0,19 para 0,14 dólares – e a demanda mensal chega a 2,1 bilhões de litros, o que significou uma perda de US\$ 1,2 bilhão. Além das perdas com a gasolina e o diesel, a Petrobrás deixou de faturar US\$ 1,2 bilhão com a comercialização do óleo combustível e do querosene de aviação.

As perdas da Petrobrás não páram por aí. A empresa dá aos distribuidores prazos para que paguem suas contas, sem a contrapartida de encargos financeiros. No caso do gás de cozinha o prazo é de 15 dias e para os demais combustíveis de 8 dias. Ao agir assim, a empresa deixa de faturar US\$ 500 milhões por ano. Esse é o preço que a Petrobrás amarga para subsidiar os distribuidores.

Enfim, o estado abre mão de receitas em favor de agentes privados. Uma história que é comum no Brasil desde os anos 70 e que ajuda a explicar porque as contas do setor público andam tão desequilibradas.

No fundo do poço

■ A inflação brasileira deveria ter caído e caído significativamente, de 1990 para cá, se dependesse dos preços dos combustíveis. Estes vêm despencando rapidamente em termos reais. O litro da gasolina pago pelos consumidores, por exemplo recuou de 0,87 dólares por litro em março de 90 para 0,46 em novembro de 92 – o que representa um decréscimo de 47,2%. No que diz respeito ao óleo diesel a queda foi de 28,6% (de 0,42 para 0,30 dólares por litro).

O querosene de aviação também ficou bem mais barato. Enquanto em março de 90 o litro custava 0,24 dólares, em novembro último não passava de 0,13 dólares – uma queda de 45,9%. O recuo mais acentuado nos preços ficou porém, por conta do óleo combustível que passou a custar menos 52,9% (o quilograma caiu de 0,17 para apenas 0,08 dólares).

Tais reduções de preços são uma das causas dos apertos financeiros em que vive a Petrobrás atualmente e mostram que a empresa foi sacrificada para que a inflação caísse. Um sacrifício, como todos sabem, inútil.

Doação milionária

■ Na sua campanha para atacar a Petrobrás os adversários do monopólio estatal do petróleo buscam sempre novos argumentos. O objetivo é conhecido: mostrar que a empresa é ineficiente e que se as atividades petrolíferas estivessem nas mãos da iniciativa privada, os resultados alcançados na produção e refino do petróleo muito melhores. O que os arautos do neoliberalismo ignoram (ou fingem ignorar) é que tais comparações são frequentemente, distorcidas pelas doações (leia-se subsídios) feitas pelo setor público a agentes privados.

Esse é o caso das duas pequenas refinarias particulares de petróleo ainda existentes no país. O consumo dessas refinarias é de 20 mil barris/dia e o preço que pagam atualmente pelo barril de petróleo não passa de US\$ 18. A Petrobrás desembolsa, porém, US\$ 20 por barril importado e ainda dá um prazo de 37 dias para que as refinarias paguem a matéria-prima. Levando-se em conta uma desvalorização do dólar de 22% ao mês, as refinarias particulares acabam adquirindo o barril de petróleo por apenas US\$ 12. Ou seja, a empresa amarga um prejuízo de US\$ 8 por barril.

A Petrobrás concede, portanto, às refinarias particulares um subsídio de US\$ 160 mil por dia, o que corresponde a US\$ 58 milhões por ano. Essa "doação" é resultante das regras do jogo adotadas pelo Departamento Nacional de Combustíveis – curiosamente um órgão da administração direta da União. Como a Petrobrás e o governo federal

enfrentam graves problemas financeiros, não seria o caso de adotarem medidas para eliminar imediatamente tal subsídio que significa, em português claro, canalizar recursos públicos em favor de poderosos grupos particulares.

Até quando?

Você sabia?

Dizem que desgraça pouca é bobagem. No caso do setor petrolífero, a regra parece ser: subsídio pouco é bobagem. Além de subsidiar distribuidores, revendedores e refinadores de petróleo, a Petrobrás é obrigada a fazer "doações" às empresas petroquímicas vendendo a nafta a preços irrealistas. A companhia adquire a nafta a US\$ 200 a tonelada e a fornece ao setor privado a US\$ 179. Como este tem 14 dias para pagar a matéria prima, a nafta acaba saindo por apenas US\$ 162 a tonelada – supondo-se uma desvalorização cambial de 22% ao mês.

Tal perda de US\$ 38 por tonelada multiplicada pelo consumo diário 18 mil toneladas, significa uma perda superior de US\$ 249 milhões por ano.

Um lembrete: quem se der ao trabalho de somar todos os subsídios dados pela Petrobrás (indústria petroquímica, refinarias, distribuidores, revendedores, etc.), chegará a algo em torno de US\$ 6 bilhões por ano. Para se ter uma idéia do que isso significa, basta lembrar que os investimentos da empresa este ano ficaram limitados a US\$ 1,5 bilhão, quando deveriam alcançar pelo menos US\$ 3 bilhões em função dos projetos (altamente rentáveis) com que a estatal conta em sua carteira.

Está na hora de realizar uma discussão profunda a respeito do mar de subsídios que a Petrobrás é forçada a bancar, com sérios prejuízos para suas atividades, os cofres públicos e o desenvolvimento econômico do país.



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

EXPEDIENTE

Rua Senador Dantas 75, salas 1801 e 1802 Centro, RJ CEP: 20031 Tel: 220-4774 Fax: 262-9224
POR DENTRO DO PETRÓLEO
Jornalista Responsável: Ricardo Bueno, diretor da Insight Engenharia de Comunicação e Marketing Ltda.
Maiores informações sobre as matérias deste boletim poderão ser obtidas junto a AEPET